

ACORDO SOBRE PRAZOS PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS DE RECONHECIMENTO INICIAL DE DIREITOS

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

União (representada pela AGU)

Ministério Público Federal

Secretaria Especial de Previdência e Trabalho

Ministério da Cidadania

Defensoria Pública da União

INSS

Data de assinatura: 16/11/2020

Data de homologação: 05/02/2021

Aplicação dos prazos para conclusão: 6 meses após a homologação

PRAZOS PARA CONCLUSÃO DE REQUERIMENTOS DE RECONHECIMENTO INICIAL

ESPÉCIE	PRAZO PARA CONCLUSÃO
Benefício assistencial à Pessoa Portadora Deficiência	90 dias
Benefício assistencial ao Idoso	90 dias
Aposentadoria Tempo de Contribuição	90 dias
Aposentadoria por idade	90 dias
Aposentadoria Especial	90 dias
Aposentadoria por Tempo de Serviço Professor	90 dias
Salário Maternidade	30 dias
Pensão por morte	60 dias
Auxílio Reclusão	60 dias
Auxílio Doença por Acidente do Trabalho	45 dias
Auxílio Doença Previdenciário (auxílio temporário por incapacidade)	45 dias
Aposentadoria Invalidez Previdenciária	45 dias
Aposentadoria por invalidez acidentária	45 dias
Auxílio-acidente	60 dias
Perícia Médica	45 dias
Avaliação Social	45 dias

PRAZOS PARA CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES JUDICIAIS

ESPÉCIE	PRAZO PARA CONCLUSÃO
Implantações em tutelas de urgência	15 dias
Benefícios por incapacidade	25 dias
Benefícios assistenciais	25 dias
Benefícios de aposentadorias, pensões e outros auxílios	45 dias
Ações revisionais, emissão de CTC, averbação de tempo, emissão de boletos de indenização.	90 dias
juntada de documentos de instrução (processos administrativos e outras informações em que o Judiciário não tenha acesso);	30 dias

OUTROS PONTOS IMPORTANTES

- O prazo para realização de perícia médica e avaliação social será ampliado para 90 dias nas unidades de difícil provimento, limitado a 10% do total;
- Os prazos para perícia médica e avaliação social serão exigidos após o pleno retorno da atividade presencial;
- Simplificação do processo de cumprimento de ações civis públicas que excluem da renda familiar determinadas despesas para efeitos de concessão de BPC;
- Criação de Central Unificada de Cumprimento Emergencial de Prazos, para analisar requerimentos que excederam os prazos;
- A correção monetária continua sendo paga nos mesmos moldes e prazos anteriores ao acordo;
- Caso a Central Unificada não consiga concluir a análise do requerimento no prazo de 10 dias, a partir dessa data incidirão juros de mora no montante aplicado à caderneta de poupança.
- Criação de Comitê Executivo com um representante de cada instituição participante do acordo, com um representante do CNPS e outro da OAB participando como convidado sem direito a voto.